

1	Ata da Sessão Ordinária do Colégio de
2	Procuradores de Justiça do Ministério Público
3	do Estado do Maranhão, realizada no dia vinte
4	e sete de junho de dois mil e dezenove, às
5	dez horas.
6	
7	
8 1 – Local e data: Procuradoria Geral de Justiça, aos vinte e sete dias do mês de junho de	
9 dois mil e dezenove, às dez horas. //////////	
10 2 – Presidência: Luiz Gonzaga Martins C	Coelho, Procurador-Geral de Justiça. ////////////////////////////////////
113 – Procuradores de Justiça presentes:	José Antonio Oliveira Bents, Eduardo Jorge
12 Hiluy Nicolau, Iracy Martins Figueiredo	Aguiar, Ana Lídia de Mello e Silva Moraes,
13 Krishnamurti Lopes Mendes França, R	aimundo Nonato de Carvalho Filho, Selene
14 Coelho de Lacerda, José Henrique Marqu	ues Moreira, Domingas de Jesus Fróz Gomes,
15 Francisco das Chagas Barros de Sousa,	Clodenilza Ribeiro Ferreira, Flávia Tereza de
16 Viveiros Vieira, Paulo Roberto Saldanha	Ribeiro, Teodoro Peres Neto, Marco Antonio
17 Anchieta Guerreiro, Sâmara Ascar Sauaid	a, Themis Maria Pacheco de Carvalho, Maria
18 Luíza Ribeiro Martins, Mariléa Campo	os dos Santos Costa, Joaquim Henrique de
19 Carvalho Lobato, Sandra Lúcia Mende	s Alves Elouf e Carlos Jorge Avelar Silva.
20 Ausências justificadas nos termos da	certidão emitida pela Coordenadoria de
21 Recebimento e Distribuição de Processos,	no dia 27 de junho de 2019, das Procuradoras
22 de Justiça Dras. <i>Terezinha de Jesus Anc</i>	hieta Guerreiro, Maria de Fátima Rodrigues
23 Travassos Cordeiro e Lize de Maria Bra	andão de Sá Costa que estão representando o
24 Ministério Público nas sessões do Tribuna	ıl de Justiça, e os Procuradores de Justiça Drs.:
25 Maria dos Remédios Figueiredo Serra, E	duardo Daniel Pereira Filho, Lígia Maria da
26 Silva Cavalcanti, Regina Maria da Costa	Leite, Regina Lúcia de Almeida Rocha e Rita
27 <i>de Cassia Maia Baptista</i> que estão de féria	as ou licença. Abertos os trabalhos pelo Senhor
28 Presidente foi constatado o quorum legal,	nos termos do artigo 12 do Regimento Interno
29 do Colégio de Procuradores de Justiça do l	Ministério Público. ////////////////////////////////////
30 1 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA A	ATA DAS SESSÃO DO DIA 20 e 30/05/2019.
31 Aprovadas, por unanimidade, sem ressalva	as. ///////
22.2 COMUNICAÇÕES DA DDESIDÊN	CIA



1 - O senhor Presidente fez o uso da palavra informando os membros do Colegiado das

2 discussões que são tratadas em Brasília, no Congresso nacional, sobre as mudanças que

3 estão sendo implantadas na legislação penal e previdenciária que afetam o Ministério

53 – PROCESSOS PARA APRECIAÇÃO/JULGAMENTO

6 <u>3.1 – Processos desta Sessão</u>

7 3.1.1 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8866/2018. Origem: Procuradoria Geral 8 de Justiça. Interessado: Procurador-Geral de Justiça. Assunto: Política e Normas 9 Administrativas > Planejamento Estratégico: Resolução a ser aprovada pelo Colégio de 10 Procuradores, com priorização de demanda. Relatora: Procuradora de Justiça Dra. Lize 11 de Maria Brandão de Sá Costa. Anunciado o processo pelo Senhor Presidente, foi adiado 12 o julgamento face ao pedido da Procuradora de Justiça relatora Dra. Lize de Maria 14 -> Prosseguindo o Senhor Presidente atendendo a pedido formulado pelo Procurador de 15 Justiça Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho para inversão de pauta, consultou o 16 Procurador de Justiça Dr. Carlos Jorge Avelar Silva, que foi favorável ao pedido. ///////// 17 3.1.3 - PROCESSO Nº 14800/2017 (DIGIDOC). Origem: Procuradoria Geral de 18 Justiça. Interessado: Procurador-Geral de Justiça. Assunto: Política e Normas 19 Administrativas > Política de Comunicação Institucional: Elevação à entrância final de 20 Imperatriz e Timon. Relator: Procurador de Justiça: Dr. Raimundo Nonato de Carvalho 21 Filho. Anunciado o processo pelo Senhor Presidente foi concedida a palavra ao 22 Procurador de Justiça relator Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho que procedeu a 23 leitura do voto, manifestando-se pelo não acolhimento do presente procedimento nos 24 termos do voto formulado. Em seguida o Senhor Presidente colocou em discussão e 25 votação, sendo decidido, por unanimidade, pelo não acolhimento do presente 26 procedimento nos termos do voto do Procurador de Justiça relator Dr. Raimundo Nonato 28 -> Em seguida, o Procurador de Justiça Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho pediu 29 permissão para se retirar, haja vista que tinha consulta odontológica para retirada de 31 - Retomando os trabalhos na ordem dos processos constante da pauta da presente sessão: 32 3.1.2 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10370/2017 (DIGIDOC). Origem: 33 Procuradoria Geral de Justiça. Interessado: Procurador-Geral de Justiça. Assunto: Gestão



8 <u>3.2</u> – Incluído na sessão do dia 28/03/2019

9 3.2.1 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3310/2019 (Apenso PA nº 2708/2019).

10 Origem: Procuradoria Geral de Justiça. Interessado: Procurador-Geral de Justiça. 11 Assunto: Descumprimento de prazos (Sindicância). Anunciado o processo pelo Senhor 12 Presidente colocou a matéria em discussão, tendo os Procuradores de Justiça Drs. Maria 13 Luiza Ribeiro Martins, Francisco das Chagas Barros de Sousa, Eduardo Jorge Hiluy 14 Nicolau, José Henrique Marques Moreira, Carlos Jorge Avelar Silva que se manifestaram 15 sobre a matéria. Após, o Senhor Presidente colocou em votação se concede a palavra ao 16 advogado de defesa do Procurador de Justiça sindicado, tendo os Procuradores de Justiça 17 Drs. Carlos Jorge Avelar Silva, Maria Luíza Ribeiro Martins, Teodoro Peres Neto, Paulo 18 Roberto Saldanha Ribeiro, Flávia Tereza de Viveiros Vieira, José Henrique Marques 19 Moreira, Krishnamurti Lopes Mendes França, Ana Lídia de Melo e Silva Moraes, 20 Eduardo Jorge Hiluy Nicolau e José Antonio Oliveira Bents que votaram pela não 21 concessão da palavra ao advogado, por não ser esse o momento, enquanto os Procuradores 22 de Justiça Drs. Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf, Themis Maria Pacheco de Carvalho, 23 Sâmara Ascar Sauaia, Marco Antonio Anchieta Guerreiro, Clodenilza Ribeiro Ferreira, 24 Domingas de Jesus Fróz Gomes, Selene Coelho de Lacerda, Iracy Martins Figueiredo 25 Aguiar e Luiz Gonzaga Martins Coelho que votaram pela concessão da palavra ao 26 advogado de defesa face ao princípio da ampla defesa e do contraditório. 27 Preliminarmente, ficou decidido, por maioria, pela não concessão da palavra para 28 sustentação oral ao advogado Diogo Diniz Lima por não configurar violação ao princípio 29 da ampla defesa, com a abstenção dos Procuradores de Justiça Drs. Mariléa Campos dos 30 Santos Costa e Francisco das Chagas Barros de Sousa por serem membros da Comissão 31 Sindicante. Em seguida, foi posto em votação o pedido de reconsideração formulado pelo 32 sindicado, sendo decido, por maioria, pelo não conhecimento do pedido de 33 reconsideração formulado pelo sindicado, retornando os autos ao Procurador-Geral de

